



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diadia@atribuna.com.br

Guarujá: começa prazo para defesa da vice-prefeita

Começou a contar ontem o prazo de dez dias para que a vice-prefeita de Guarujá, Adriana Machado (PSD), apresente defesa prévia à comissão processante da Câmara que analisa um pedido de impeachment dela. A notificação ocorreu na quarta-feira, disse o presidente do grupo, vereador Raphael Vitello (PSD). A comissão foi eleita no dia 3, depois que a Casa recebeu denúncia de um munícipe e aprovou sua constituição por unanimidade — os demais integrantes são Jailton Reis dos Santos, o Sorriso (PRTB, relator), e Mário Lúcio da Conceição (PSB, membro). Conforme o pedido de cassação, Adriana, enquanto prefeita em exercício, teria assinado atestado médico por covid-19 para uma assessora de Políticas Públicas. Durante o afastamento, essa servidora teria trabalhado na clínica médica onde a então interina atua. Adriana nega a acusação, considerando que o suposto fato teria ocorrido no dia em que Válder Suman (PSDB) reassumiu a Prefeitura, e ela, voltado ao cargo de vice.

Hoje, afinal

Está marcada para as 16h30 de hoje uma reunião entre dirigentes do Sindicato dos Estatutários (Sindest) e a secretária de Gestão, Tânia Mota, para mais um debate da segunda fase da campanha salarial do funcionalismo santista. Esse é o encontro que a instituição esperava, inicialmente, na segunda-feira.

Câmara apoia

Um reforço nas negociações é um ofício assinado por líderes das sete das dez bancadas de partidos na Câmara, redigido e firmado ontem. Foi após encontro entre a direção do Sindest e a Mesa Diretora da Casa. No documento, os vereadores pedem ao prefeito Rogério Santos (PSDB) para “manter-nos informados dos avanços” dos debates.

Reforma já

Ainda na Câmara de Santos, não é unânime que a reforma da Rua Basím Nagib Trabuá, na Ponta da Praia, deva começar só após a temporada de verão. O vereador Ademir Pestana (PSDB) entende que, se houver prejuízo aos comerciantes, será com o atraso na obra, com início previsto para novembro.

Pelo comércio

“A intervenção urbanística é necessária, e tenho certeza de que a expectativa é grande por parte da comunidade local, em especial o comércio”, considera o tucano. Em 2020, ele havia sugerido à Prefeitura que recuperasse a Trabuá.

Igualdade racial

Catorze candidatos e coletivos de candidaturas ao Legislativo estarão hoje, às 9h30, na Subseção de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Debaterão temas relativos à igualdade racial, como educação e esporte. Para assistir, o site é www.oabsantos.org.br.



MARCELO TACCI

Pacto Federativo

O candidato ao Senado pelo MDB, Edson Aparecido (foto), visitou ontem o Grupo Tribuna. Disse que, se eleito, uma de suas metas será trabalhar pela revisão do Pacto Federativo — em suma, a parcela de União, Estado e prefeituras na arrecadação de impostos e no valor que recebem de volta.

Desequilíbrio

Aparecido afirmou que, em 2021, São Paulo repassou R\$ 716 bilhões ao Governo Federal e teve retorno de R\$ 47 bilhões. “São Paulo não dará as costas ao País, mas é preciso controle do uso” do dinheiro por outros estados, julgou ele.

Sim, com porém

Questionado sobre o futuro leilão da Santos Port Authority (SPA), administradora federal do Porto, Aparecido se mostrou favorável à ideia. Mas ressaltou que o processo teria mais legitimidade se ocorresse “no início do Governo, respaldado pelo processo eleitoral”.

Um por todos

O candidato disse que sua eleição ao Senado ajudaria no diálogo de São Paulo com quem quer que chegue à Presidência. A coligação dele tem partidos que apoiam quatro concorrentes: Jair Bolsonaro (PL), Lula (PT), Simone Tebet (MDB) e Soraya Thronicke (União).



CONTRA PONTO

Por Carlos Raiton e colaboradores



FRANCISCO ARRAS/DIVULGAÇÃO/PREFEITURA SANTOS

Bem-estar animal. O vereador cubatense Alessandro Oliveira (PL) quer saber qual a secretaria ou departamento é responsável pelo bem-estar animal na Cidade. Também solicita dados sobre recursos públicos destinados ao setor. Ele lembra que Cubatão já conta com um legislação específica sobre o cuidado animal (a lei 3.998, de 31 de maio de 2019), que dispõe sobre a proteção e bem-estar dos animais no município.

Restrito. No entanto, segundo Oliveira, ela se limita a manter um serviço de controle de zoonoses. De acordo com o vereador, esse tipo de atividade não é focado na saúde animal, mas somente no combate à proliferação de doenças, transmitidas por cães, gatos e outros bichos.

Especializado. Oliveira defende a criação de um departamento especializado na elaboração e execução de políticas públicas que visem a proteção e o bem-estar dos animais. Esse setor, que poderia estar subordinado à secretaria de Meio Ambiente, teria a responsabilidade de desenvolver programas de vacinação primária, castração, saúde preventiva, serviço de urgência e emergência, cadastro e apoio a cuidadores, campanhas educativas e outras medidas.

Tá difícil. Durante os últimos quatro anos, pelo menos 351 deputados federais - dois terços da Câmara dos Deputados - votaram medidas e elaboraram projetos de lei contrários ao meio ambiente, aos povos indígenas e aos trabalhadores rurais. A conclusão é do Ruralômetro, ferramenta desenvolvida pela Repórter Brasil que avalia a atuação dos deputados diante da agenda socioambiental.

Mudanças. Os parlamentares contribuíram para prejudicar a fiscalização ambiental, favorecer atividades econômicas predatórias e precarizar a legislação trabalhista, além de dificultar o acesso a benefícios sociais e travar a reforma agrária. Para piorar, avançou a Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como bancada ruralista.

Pacote. Três projetos do chamado "pacote da destruição" permeou o período: o PL 6.299/2002, ou "PL do Veneno" (que libera o uso de agrotóxicos, incluindo os comprovadamente cancerígenos, sem necessidade de aprovação da Anvisa); o PL 2633/2020, conhecido como "PL da Grilagem" (que afrouxa a fiscalização fundiária e facilita a grilagem de terras públicas); e o PL 3729/2004, ou Lei Geral do Licenciamento Ambiental (que elimina o licenciamento em alguns casos, cria o autolicensing em outros e enfraquece o papel das agências ambientais).



Santos se destaca no cumprimento de metas da Saúde

» A cidade de Santos se destacou no Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQAVS), do Ministério da Saúde. Cumprindo 90% das metas estabelecidas, o melhor resultado entre as cidades da Baixada Santista, ao lado de Itanhaém, o Município receberá mais de R\$ 169 mil reais, incentivo financeiro correspondente ao seu desempenho, que será repassado ao Fundo Municipal de Saúde,

para aquisição de equipamentos e insumos, capacitação de equipes e gratificações.

Para chegar a este resultado, o Ministério da Saúde avaliou o cumprimento de indicadores de assistência à população e de vigilância em saúde no ano de 2021. Entre eles, número de testes de HIV, de testes de sífilis por gestantes, números relacionados à vacinação, ao controle da dengue, entre outros. (veja abaixo).

O PQAVS é caracterizado pelo Ministério como uma iniciativa para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), por definir compromissos e responsabilidades dos gestores públicos estaduais e municipais.

“Os indicadores do PQAVS foram estabelecidos de forma estratégica e visam garantir o acesso a ações e serviços que impactam diretamente na qualidade de vida e bem-es-

tar da população”, afirma Ana Paula Valeiras, chefe do Departamento de Vigilância em Saúde.

O valor que a Cidade receberá corresponde a 90% do valor anual do Piso Fixo de Vigilância em Saúde, que serve como parâmetro para a gratificação do PQAVS.

“Esse resultado demonstra, mais uma vez, o comprometimento da nossa equipe no cumprimento de metas esta-

belecidas pelo Ministério da Saúde a partir de boas práticas de assistência, monitoramento de dados e gestão. Estamos no caminho da excelência”, destaca o secretário de Saúde, Adriano Catapreta.

INDICADORES PQAVS

- Número de testes de sífilis por gestante
- Número de testes de HIV realizados
- Número de ciclos que atingi-

ram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue

- Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados
- Proporção de casos de malária que iniciaram tratamento em tempo oportuno
- Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos e doenças relacionadas ao trabalho. (DL)